

PORTARIA Nº 39, DE 31 DE JANEIRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e o Processo e-MEC nº 201205979, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso superior de tecnologia em Gestão Pública, na modalidade a distância, a ser ofertado pelo Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB, com sede na SGAN Quadra 609, Módulo D, Avenida L2 Norte, Bairro Asa Norte, em Brasília, Distrito Federal, mantida pelo CESB - Centro de Educação Superior de Brasília Ltda, com sede em Brasília, Distrito Federal, com 500 (quinhentas) vagas totais anuais, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 2º Os polos utilizados para as atividades presenciais obrigatórias, nos termos do § 2º do Art. 10 do Decreto nº 5.622, de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007, do curso neste ato autorizado, são, exclusivamente, aqueles constantes do ato oficial de credenciamento para educação a distância, emitido por este Ministério para a Instituição.

Parágrafo único. A utilização, pela Instituição, de Polos não credenciados por este Ministério representa irregularidade, objeto de medidas administrativas e penas previstas na legislação.

Art. 3º A Instituição deverá solicitar reconhecimento do curso, neste ato autorizado, nos termos do art. 35 do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO
DE PESSOAS

PORTARIA Nº 110, DE 30 DE JANEIRO DE 2014

O Pró-Reitor de Desenvolvimento de Pessoas, no uso das atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor da Carreira do Magistério Superior desta Universidade, para exercício na cidade de Salvador e de Vitória da Conquista, conforme Edital nº 01/2013, publicado no DOU de 19/08/2013.

Unidade: ESCOLA POLITÉCNICA

Departamento: TRANSPORTES

Área de Conhecimento: Sistema de Informações Geográficas, Sensoriamento Remoto e Cartografia

Vagas: 1

Classe: ASSISTENTE A

Regime de Trabalho: DE

Processo: 23066.001759/14-56

1º Julio Cesar Pedrassoli

Unidade: FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Departamento: HISTÓRIA

Área de Conhecimento: História Contemporânea

Vagas: 1

Classe: ADJUNTO A

Regime de Trabalho: DE

Processo: 23066.001053/14-58

1º Laura de Oliveira

2º Vinicius Donizete de Rezende

ANTÔNIO EDUARDO MOTA PORTELA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E
ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

PORTARIA Nº 734, DE 31 DE JANEIRO DE 2014

O Diretor em exercício da Faculdade Nacional de Direito (FND), Professor Carlos Alberto Pereira das Neves Bolonha, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Edital nº 17, de 16/01/14, publicado no DOU nº 12, de 17/01/14 e de acordo com o artigo 16 da resolução CEG 6/13, torna público o resultado do processo seletivo para contratação temporária de pessoal, divulgando, em ordem de classificação, o(s) nome(s) do(s) candidato(s) aprovado(s):

DEPARTAMENTO: DIREITO CIVIL

SETORIZAÇÃO: DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

CARGO: PROFESSOR SUBSTITUTO 20H

VAGAS: UMA

PRAZO DE CONTRATAÇÃO: 11/06/14

NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO.

CARLOS ALBERTO PEREIRA DAS NEVES
BOLONHAUNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO
DE PESSOAS

PORTARIA Nº 6, DE 31 DE JANEIRO DE 2014

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.078131/2013-88 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus Curitubanos - CBS/UFSC, instituído pelo Edital nº 27/DDP/2014, de 09 de janeiro de 2014, publicado no Diário Oficial da União nº 7, Seção 3, de 10/01/2014.

Área/ Subárea de Conhecimento: Ciências Biológicas/Botânica

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Nº de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Amanda Koche Marcon	9,22
2º	Demise Okloski	8,48
3º	Hellen Aparecida Arantes dos Santos	8,16
4º	Eduardo Henrique Felsberto	7,97
5º	Marcela Padilha	7,76

BERNADETE QUADRO DUARTE

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
EM MINAS GERAIS
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PATOS DE MINAS

ATO DE EXCLUSÃO Nº 1, DE 31 DE JANEIRO DE 2014

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL, abaixo identificado, lotado e em exercício na PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL DE PATOS DE MINAS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º, Inc. II da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, c/c art. 15 da Portaria PGFN nº 641, de 08 de setembro de 2011, exclui, em razão da inadimplência de tributos correntes, os contribuintes ao final identificados do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei 10.684, de 30 de maio de 2003.

A rescisão referida implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias contados da data de publicação deste Ato de Exclusão, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14, §2º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, ao Procurador-Setorial da Fazenda Nacional em Patos de Minas, com endereço à Av. Getúlio Vargas, 616, Centro, Patos de Minas, CEP 38.700-128, ou pagar o saldo consolidado com os benefícios do programa, nos termos do art. 12 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 25 de agosto de 2004.

ITALO BASTOS MARANI

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial - PAES - PSFN/PATOS DE MINAS/MG

NOME	CPF/CNPJ	Nº CONTA PAES	MOTIVO DA EXCLUSÃO
ADELPHO FERNANDES DE MIRANDA FILHO	004.689.916-20	240300034443	INADIMPLÊNCIA DE TRIBUTOS CORRENTES
GILBERTO ORIONE DA SILVA - ME	41.703.794-0001-37	450300161896	INADIMPLÊNCIA DE TRIBUTOS CORRENTES

BANCO DO BRASIL S/A
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ/MF Nº 17.344.597/0001-94
NIRE Nº 5330001458-2EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2013

I. Data, Hora e Local: Às 10:00 horas do dia 18 de outubro de 2013, na sede da BB Seguridade Participações S.A. ("Companhia"), localizada em Brasília, no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco A, Lote 31, Edifício Sede I, 15º andar, sala 04.

II. Composição da Mesa: Conselheiros: Alexandre Corrêa Abreu, Presidente, Ivan de Souza Monteiro, Vice-Presidente, Francisca Lucileide de Carvalho, Fábio Franco Barbosa Fernandes, José Henrique Paím Fernandes e Guilherme Sodré Barros que, em conformidade com o artigo 19, § 1º do Estatuto Social da Companhia, manifestou-se por escrito.

Secretária: Giselle Cilaine Ilchechen Coelho.

Convidados: Marcelo Augusto Dutra Labuto, Diretor-Presidente, Leonardo Giuberti Mattedi, Diretor de Relações com Investidores, ambos da BB Seguridade Participação S.A.

(...)

IV. Deliberações: O Conselho de Administração aprovou: (i) a indicação do Sr. João Leone Parada Franch para o cargo de Gerente de Divisão na área de Auditoria Interna da BB Seguridade.

(ii) a escolha do Deutsche Bank, como Banco Depositário para emissão de American Depositary Receipts Level I ("ADR Nível I"), com lastro nas ações da BB Seguridade para negociação em mercado de balcão nos EUA.

(...)

V. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual eu, ass.) Giselle Cilaine Ilchechen Coelho, Secretária, mandei lavar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada.

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 35, DE 24 DE JANEIRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, INTERINO, no uso de suas atribuições previstas no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em especial o art. 143, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista as justificativas constantes nos autos do Processo nº 12100.000033/2013-33 deste Ministério, resolve:

Delegar a instauração de Comissão de Processo Administrativo à Corregedoria-Geral do Ministério da Fazenda, a respeito dos fatos ocorridos nos autos do processo supracitado, em consonância com o art. 1º da Portaria GMF nº 492, de 23 de setembro de 2013 e com o disposto no art. 4º-B, inciso II, letra "b" do Decreto nº 8.029, de 20 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
EM MINAS GERAIS

PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PATOS DE MINAS

ATO DE EXCLUSÃO Nº 1, DE 31 DE JANEIRO DE 2014

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL, abaixo identificado, lotado e em exercício na PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL DE PATOS DE MINAS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º, Inc. II da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, c/c art. 15 da Portaria PGFN nº 641, de 08 de setembro de 2011, exclui, em razão da inadimplência de tributos correntes, os contribuintes ao final identificados do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei 10.684, de 30 de maio de 2003.

A rescisão referida implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias contados da data de publicação deste Ato de Exclusão, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14, §2º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, ao Procurador-Setorial da Fazenda Nacional em Patos de Minas, com endereço à Av. Getúlio Vargas, 616, Centro, Patos de Minas, CEP 38.700-128, ou pagar o saldo consolidado com os benefícios do programa, nos termos do art. 12 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 25 de agosto de 2004.

ITALO BASTOS MARANI

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial - PAES - PSFN/PATOS DE MINAS/MG

NOME	CPF/CNPJ	Nº CONTA PAES	MOTIVO DA EXCLUSÃO
ADELPHO FERNANDES DE MIRANDA FILHO	004.689.916-20	240300034443	INADIMPLÊNCIA DE TRIBUTOS CORRENTES
GILBERTO ORIONE DA SILVA - ME	41.703.794-0001-37	450300161896	INADIMPLÊNCIA DE TRIBUTOS CORRENTES

Ass.) Alexandre Corrêa Abreu, Ivan de Souza Monteiro, Francisca Lucileide de Carvalho, Fábio Franco Barbosa Fernandes, José Henrique Paím Fernandes e Guilherme Sodré Barros.

GISELLE CILAINE ILCHECHEN COELHO
Secretária

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.308, DE 30 DE JANEIRO DE 2014

Altera a Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, que estabelece requisitos e procedimentos para constituição, autorização para funcionamento, cancelamento de autorização, alterações de controle, reorganizações societárias e condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais das instituições que especifica.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 30 de janeiro de 2014, com base nos arts. 4º, inciso VIII, e 10, inciso XI, da referida Lei, resolveu:

Art. 1º O Regulamento Anexo I à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, que disciplina os requisitos e procedimentos para a autorização de constituição e funcionamento, o cancelamento da autorização e as alterações de controle e reorganizações societárias das instituições que especifica, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º

§ 5º O prazo de que trata o caput poderá ser prorrogado por até noventa dias, justificadamente, a critério do Banco Central do Brasil." (NR)